



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÃ

*A serviço de todos!*

CÂMARA DE VEREADORES  
**PROJETO DE LEI N.º 40, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**APROVADO**

Em 09 de 12 de 2025

Ata(s) nº 50 de 51

*Marcelo Pereira*

PROTOCOLO N.º 103/2025  
Data 25/11/2025 Horas 13:33

*Julia*  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÃ

**SÚMULA** – CONCEDE BENEFÍCIO AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS NO MUNICÍPIO DE ARAPUÃ QUE VENHA A DECLARAR AS ALTERAÇÕES CADASTRAIS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara de Vereadores do Município de Arapuã, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º** Os contribuintes que realizarem declaração de regularização de área serão beneficiados com os descontos de 15%(quinze por cento) no IPTU do imóvel e taxa de lixo, no pagamento à vista ou 5%( cinco por cento) no pagamento parcelado.

**§1º** Para a obtenção do benefício deverão ser apresentados as informações exigidas no formulário constante no Anexo I desta lei, devidamente assinado.

**§2º** O procedimento para a obtenção do benefício se dará da seguinte forma:

I – O contribuinte interessado deverá apresentar o formulário preenchido e assinado, em duas vias, junto ao departamento de tributação;

II – De posse das informações, o departamento de tributação as comparará às informações existentes no cadastro imobiliário do município e emitirá parecer apontando a divergência existente quanto as características do imóvel, sobretudo, sobre a sua área construída;

III – Após, será realizada diligência do fiscal tributário juntamente com o departamento de engenharia para aferir, em loco, se as informações prestadas pelo contribuinte conferem com os dados do imóvel;

IV – Havendo divergência será o contribuinte notificado para que no prazo de 10 (dez) dias procure o departamento de tributação para sanar a inconsistência;

**§3º** Caso o contribuinte não sane a inconsistência no prazo determinado o município entenderá como desinteresse, arquivando o seu procedimento e efetivará a tributação com base nas informações identificadas pelo fisco.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ARAPUÃ**  
*A serviço de todos!*

**Art. 2º** Aos contribuintes que não se apresentarem para a regularização imobiliária permitirão que o município o faça via satélite, visita em loco ou qualquer outro meio eficaz, sendo então tributados com base nas informações colhidas.

**§1º** Após o lançamento do imposto será os contribuintes notificados para que, caso queiram, no prazo de 10 (dez) dias compareçam perante o departamento de tributação e questionem os lançamentos realizados, caso contrário, prevalecerá as informações coletadas pelo fisco municipal.

**§2º** Ocorrendo o disposto no parágrafo anterior o contribuinte não terá o benefício fiscal, objeto desta lei.

**Art. 3º** São legitimados a requerer os benefícios tanto o proprietário quanto o titular da posse do imóvel.

**Art. 4º** O prazo para que o contribuinte se apresente espontaneamente perante o fisco municipal, visando a obtenção dos benefícios acima citados, será até o dia 30 de março de 2026.

**Art. 5º** O pagamento do IPTU se dará em três parcelas, tendo os respectivos vencimentos previsto para os dias: 30 de maio de 2026, 30 de junho de 2026 e 30 de julho de 2026.

**Art. 6º** Os prazos fixados nos artigos 5º poderão ser prorrogados por Decreto do Executivo.

**Art. 7º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Hélio Mathias, Gabinete do Prefeito, aos 4 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (04/11/2025).

**MANOEL SALVADOR**  
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ARAPUÃ**

*A serviço de todos!*

**ANEXO I**

**FORMULÁRIO DE REGULARIZAÇÃO CADASTRAL**

Nome: \_\_\_\_\_ C.P.F.: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Apresentamos ao Município de Arapuã as informações relacionadas ao terreno e edificação sob a minha responsabilidade, conforme segue:

TERRENO: QUADRA \_\_\_\_\_ LOTE \_\_\_\_\_

METRAGEM DO TERRENO	
---------------------	--

TIPO DE CONSTRUÇÃO	TIPO	METRAGEM
CASA		
APARTAMENTO		
ESTABELECIMENTO COMERCIAL		
GALPÃO		
SALA COMERCIAL		

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
NOVO/ÓTIMO	
BOM	
REGULAR	
RUIM	
PÉSSIMO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ARAPUÃ**

*A serviço de todos!*

SITUAÇÃO DA UNIDADE	
FRENTE	
FUNDOS	

Arapuã-PR, \_\_/\_\_/2025

\_\_\_\_\_  
REQUERENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ARAPUÃ**

*A serviço de todos!*

## **JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 40/2025.**

Ilustríssimo Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

A presente proposição visa incentivar os proprietários de imóveis a atualizar o cadastro do imóvel junto ao Departamento de Tributação do Município, com o objetivo de regularizar a área construída e contribuir para a modernização e precisão do cadastro imobiliário municipal.

O cadastro imobiliário do município encontra-se defasado há anos, o que tem gerado dificuldades na gestão tributária e na prestação de serviços públicos. Além disso, o Tribunal de Contas tem solicitado soluções para regularizar a situação, visando garantir a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Diante desse cenário, propomos a criação de um benefício fiscal para os proprietários de imóveis que voluntariamente atualizarem o cadastro do imóvel, regularizando a área construída. O benefício consistirá em descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do ano de 2026.

Os objetivos específicos deste projeto são:

1. Incentivar os proprietários de imóveis a atualizar o cadastro do imóvel, contribuindo para a modernização e precisão do cadastro imobiliário municipal;
2. Regularizar a área construída dos imóveis, garantindo a correta aplicação dos critérios de cálculo do IPTU;
3. Reduzir a evasão fiscal e aumentar a receita tributária do município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ARAPUÃ**

*A serviço de todos!*

4. Contribuir para a melhoria da gestão tributária e da prestação de serviços públicos.

O benefício fiscal proposto será concedido aos proprietários de imóveis que:

1. Atualizarem o cadastro do imóvel junto ao Departamento de Tributação do Município, regularizando a área construída;
2. Apresentarem a documentação necessária para comprovar a regularização da área construída;
3. Estiverem em dia com as obrigações tributárias municipais.

O desconto no IPTU do ano de 2026 será de 15%(quinze por cento) no IPTU do imóvel e taxa de lixo, no pagamento à vista ou 5%( cinco por cento) no pagamento parcelado. a ser aplicado sobre o valor do imposto devido.

Acreditamos que essa medida será um importante estímulo para que os proprietários de imóveis atualizem o cadastro do imóvel, contribuindo para a modernização e precisão do cadastro imobiliário municipal, além de gerar benefícios fiscais para os contribuintes.

Portanto, submetemos este projeto de lei à apreciação da Câmara Municipal, visando contribuir para a melhoria da gestão tributária e da prestação de serviços públicos no município.

Atenciosamente.

**MANOEL SALVADOR**  
Prefeito Municipal